

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO IVA

Ofício n.º: 30126 2011-04-15

Processo: 2011 001461

Entrada Geral:

N.º Identificação Fiscal (NIF): 770004407

Sua Ref.ª:

Técnico:

Cód. Assunto: A100A

Origem: 10

Exmos. Senhores
Subdirectores-Gerais
Directores de Serviços
Directores de Finanças
Chefes de Finanças
Coordenadores das Lojas do Cidadão
Coordenador do CAT

Assunto: IVA - ACTIVIDADE DE GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DOS BAIRROS MUNICIPAIS, EXERCIDA POR ENTIDADES EMPRESARIAIS LOCAIS.

Para conhecimento dos serviços e outros interessados, comunica-se que, pelo despacho n.º 50/2011-XVIII, de 3 de Fevereiro de 2011, do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, exarado no Parecer n.º 6/2011, de 28 de Janeiro, do Centro de Estudos Fiscais, foi sancionado o seguinte:

REGIME JURÍDICO DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS LOCAIS, PREVISTO NA LEI N.º 53-F/2006, DE 29 DE DEZEMBRO

As entidades empresariais locais são pessoas colectivas de direito público com natureza empresarial, constituídas nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro¹, por municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

São dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com capacidade jurídica em todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu objectivo. Revestem a modalidade de entidade empresarial municipal (EEM) e, contrariamente ao que acontece com as demais empresas municipais, regem-se, especificamente, pelo regime previsto no Capítulo VII do referido diploma legal.

Estas entidades estão sujeitas a tutela económica e financeira dos municípios, associações de municípios ou áreas metropolitanas, que as tenham constituído, a quem cabe, nomeadamente, a aprovação dos planos de actividade, orçamento e contas, assim como de dotações para capital, subsídios e indemnizações compensatórias.

¹ A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, estabelece o regime jurídico do sector empresarial local.

As empresas de âmbito municipal constituídas nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto e existentes à data de entrada em vigor da Lei n.º 53-F/2006, passaram a assumir a natureza de EEM, ficando sujeitas ao regime supra referido.

No quadro das atribuições das autarquias locais no domínio da habitação², estas entidades podem desenvolver actividades de gestão e manutenção dos bairros municipais, promover acções de cobrança das rendas dos fogos municipais e respectivas actualizações, promover e executar obras de conservação e de beneficiação em edifícios municipais e espaços ajardinados, bem como todas as actividades complementares e subsidiárias que lhes estejam cometidas pelas entidades que as tutelam, dentro das respectivas atribuições.

OPERAÇÕES EFECTUADAS PELAS EEM ÀS ENTIDADES QUE AS CRIARAM E TUTELAM

Decorre dos princípios do direito administrativo que o exercício de poderes de autoridade pública ocorre na relação que a pessoa colectiva de direito público estabelece com os cidadãos e as empresas ou, em geral, com os administrados que com ela se relacionam.

Tendo em consideração o regime jurídico das EEM e os princípios orientadores do exercício de poderes de autoridade, as operações efectuadas por aquelas às entidades que as criaram e as tutelam (os municípios, as associações de municípios ou as áreas metropolitanas), no âmbito das atribuições que lhes estão cometidas, ainda que o sejam ao abrigo de um regime de direito público, não constituem operações no âmbito dos poderes de autoridade, para efeitos do imposto sobre o valor acrescentado.

ENQUADRAMENTO EM IVA DA CEDÊNCIA PRECÁRIA DE FOGOS MUNICIPAIS

De acordo com a jurisprudência do TJUE, a noção de locação de bens imóveis constitui, para efeitos da isenção prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 135.º da Directiva do IVA, que tem correspondência no n.º 29 do artigo 9.º do CIVA, um conceito autónomo de direito comunitário que não se conforma com as normas civis dos vários Estados membros. Segundo o critério enunciado por aquele tribunal, este conceito abrange, em substância, as situações em que o locador confere ao locatário, por um período acordado e em contrapartida de uma remuneração, o direito de ocupar um imóvel como se fosse seu proprietário, excluindo qualquer outra pessoa do benefício desse direito.

² De acordo com o disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, são atribuições das autarquias locais no domínio da habitação, a disponibilização de terrenos para a construção de habitação social, a promoção de programas de habitação a custos controlados e de renovação urbana, e o fomento e gestão do parque habitacional de arrendamento social.

Atenta esta definição, a atribuição de fogos no regime de renda precária, independentemente da designação dada à remuneração paga pelos respectivos moradores (renda, taxa de ocupação ou qualquer outra), configura uma locação de bens imóveis, para efeitos do disposto no n.º 29 do artigo 9.º do Código.

TRATAMENTO EM IVA DA ACTIVIDADE DE GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DOS BAIRROS MUNICIPAIS

As normas de incidência do imposto conferem-lhe um sentido amplo e um carácter objectivo. No entanto, segundo a jurisprudência do TJUE, uma prestação de serviços onerosa para efeitos de IVA pressupõe a existência de um nexo directo entre o serviço prestado e o contravalor recebido, seja em dinheiro, em espécie ou em ambas as modalidades.

Uma dotação de receitas entre duas pessoas colectivas de direito público, no quadro de uma transferência de atribuições entre elas, não constitui a contraprestação de uma prestação de serviços, estando, portanto, excluída do conceito de actividade económica para efeitos de IVA.

Uma prestação de serviços só é efectuada a título oneroso e tributável se *“existir entre o prestador e o beneficiário uma relação jurídica durante a qual são transaccionadas prestações recíprocas, constituindo a retribuição recebida pelo prestador o contravalor efectivo do serviço fornecido ao beneficiário”*³.

De acordo com os contornos dados ao conceito de actividade económica pelo TJUE, a actividade de gestão patrimonial e financeira dos bairros municipais, dentro dos parâmetros de um contrato-programa estabelecido com o município segundo o qual a EEM retém para si, a título de receitas próprias, os montantes cobrados aos munícipes, mas com a obrigação de entregar ao município uma percentagem fixada ou a fixar por este, não envolve a troca de prestações recíprocas entre ambas as entidades, pelo que não configura uma prestação de serviços para efeitos de IVA, na acepção do n.º 1 do artigo 4.º do CIVA.

Quando, na relação estabelecida entre a EEM e o município no âmbito do contrato-programa aprovado por este, ocorra uma prestação de serviços gratuita, a mesma encontra-se também fora do campo do imposto, a menos que reúna os pressupostos de incidência definidos no n.º 2 do artigo 4.º do CIVA, ou seja, que se trate de serviços prestados para fins alheios à empresa.

³ Acórdão de 30.03.1994, *Tolsma*, C-16/93, n.º 14

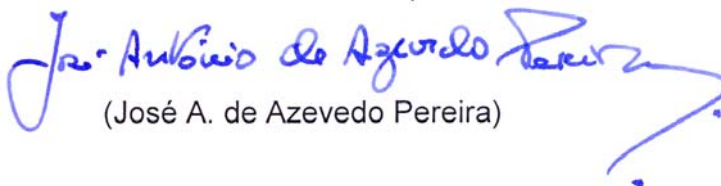
OBRAS DE CONSERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO EFECTUADAS PELAS EEM

A realização de obras de conservação e requalificação, por iniciativa própria das EEM ou mediante contrato-programa estabelecido com a tutela, em que não seja definida qualquer contrapartida, não constituem prestações de serviços efectuadas a título oneroso, estando fora do campo de incidência do imposto.

No caso de contratos-programa que determinem a realização de obras de requalificação mediante o pagamento de uma contribuição financeira, há tributação em sede de IVA quando o contrato estabelecer um conjunto de prestações recíprocas, constituindo a comparticipação definida o contravalor efectivo do serviço prestado. Quando tais comparticipações revistam unicamente a natureza de subsídios à actividade, não são as mesmas sujeitas a tributação.

Com os melhores cumprimentos.

O Director-Geral dos Impostos,


(José A. de Azevedo Pereira)